



Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa

Rua Governador Valadares Nº 72 – Centro CEP.: 39.630-000
CGC/MF N.º 18.348.730/0001-43 Estado de Minas Gerais

CONTRATO 148/2022

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº:148/2022 QUE FAZEM ENTRE SI O (A) PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRGEM DA LAPA E A EMPRESA ANTÔNIO DAS GRAÇAS COSTA.

O Município de Virgem da Lapa, com sede na Rua Governador Valadares, nº 72, Centro, na Cidade de Virgem da Lapa/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.348.730/0001-43, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Diógenes Timo Silva, inscrito no CPF nº:147.164.966-00, portador(a) da Carteira de Identidade nº:MG-1.204.194, doravante denominado contratante, e o(a) **ANTÔNIO DAS GRAÇAS COSTA**, estabelecida à Rua Coronel Amaral, nº 47, Centro, Berilo/MG, CEP:39640-000, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº: 25.843.152/0001-27, neste ato representada pelo seu empresário, Sr.(a) Antônio das Graças Costa, brasileiro, casado, empresário, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº.:266.207.906-15, portador(a) do RG nº.MG- 2.802.590, residente e domiciliado em Rua Coronel Amaral, nº 47, 1º andar Centro, Berilo/MG, CEP:39640-000, tendo em vista o que consta no Processo nº 108/2022, na modalidade Pregão (Presencial) nº 70/2022 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 70/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **Aquisição de Materiais de Construção diversos para execução direta de Obra de Construção de Laboratório na Sede do Município de Virgem da Lapa, com recursos oriundos de acordo financeiro entre o Estado de Minas Gerais e a Vale S/A.**, conforme Termo de Referência, Proposta e especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

Fornecedor: ANTONIO DAS GRACAS COSTA

Item	Qtde	Unidade	Material/Serviço	Preço Unit.	Preço Total
002	39,0000	Unidade	28962 - AÇO CA-50 DE 6.3 MM (gerdal)	19,5000	760,50
026	30,0000	METROS	29019 - CABO TELEFÔNICO CI-50 10 (sil)	1,1000	33,00
027	56,0000	METROS	28947 - CAIBRO DE MADEIRA NÃO TRATADA (eucalipto)	8,5000	476,00
028	500,0000	METROS	28968 - CAIBRO NAO APARELHADO, *3,5 X 5,5* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA (angelim)	11,4500	5725,00
040	16,0000	Unidade	28997 - CONECTOR DE PERFURAÇÃO 16MM A 150MM (decorlus)	9,9500	159,20
046	10,0000	Unidade	29004 - DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A. (soprano)	30,0000	300,00
047	4,0000	Unidade	29006 - DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A. (soprano)	30,0000	120,00
048	3,0000	Unidade	29005 - DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A. (soprano)	30,0000	90,00
056	4,0000	Unidade	29000 - ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN (50MM) (fort leve)	2,0000	8,00
057	16,0000	Unidade	29064 - ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2X 40CM . (fort leve)	4,5000	72,00
076	14,0000	Unidade	28976 - JOELHO 45º GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA (krona)	10,0000	140,00
077	7,0000	Unidade	28977 - JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA. (krona)	6,9500	48,65
087	1,0000	Unidade	29020 - KIT CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA - ENTRADA PRINCIPAL, EM PVC SOLDÁVEL DN 25 (¾") . (ROMA)	159,0000	159,00
091	25,0000	Unidade	29015 - LÂMPADA LED, BRANCA FRIA 15 W PARA BASE E27 (127/220 V) (avant)	12,0000	300,00
092	75,0000	Unidade	28921 - LIGA MASSA PARA REBOCO DE 20 KG (adere)	9,7000	727,50
093	10,0000	Unidade	28959 - LINHA PARA PEDREIRO 100M (rossi)	8,7500	87,50
096	16,0000	Unidade	28998 - LUVAS PARA IMENDA DE ELETRODURO DE 50MM ROSCA INTERNA (krona)	3,0000	48,00
099	1,0000	Unidade	29001 - PADRÃO DE ENERGIA COMPLETO, COM TODOS OS ITENS E ACESSORIOS PARA INSTALAÇÃO. (silvendras)	1550,0000	1550,00
115	2,0000	Unidade	29002 - QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA , DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 24 DISJUNTORES DIN 100A. (fame)	99,0000	198,00
120	1,0000	Unidade	29025 - REGISTRO DE ÁGUA PARA CANO DE 50MM (krona)	23,0000	23,00
121	12,0000	Unidade	29057 - REGISTRO DE GAVETA BRUTO DE LATÃO ¾", EM RAMAL DE ÁGUA FRIA. (delta)	52,0000	624,00
127	16,0000	Unidade	28954 - TÁBUA DE PINUS 20x2x300 cm (pinus)	37,0000	592,00
128	40,0000	Unidade	28946 - TÁBUA DE PINUS 30X2X300 CM (pinus)	41,0000	1640,00
136	4620,0000	Unidade	28973 - TELHA DE BARRO / CERAMICA, TIPO COLONIAL, CAPA E BICA. (ceramica fort)	1,2000	5544,00
143	6,0000	Unidade	29072 - TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE MESA, 1/2 OU 3/4, PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO ALTO. (lider metais)	90,0000	540,00
145	2,0000	Unidade	29074 - TORNEIRA METÁLICA HOSPITALAR, ABERTURA ALAVANCA 1/4 DE VOLTA, ACABAMENTO CROMADO, COM AREJADOR, APLICAÇÃO DE MESA. (lider metais)	115,0000	230,00
148	6,0000	Unidade	29021 - TUBO DE PVC RÍGIDO 50MM SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA (plastilit)	93,0000	558,00
150	4,0000	Unidade	29043 - TUBO PVC RÍGIDO 40MM PARA ESGOTO, PB-SÉRIE NORMAL BRANCO (plastilit)	34,0000	136,00
151	8,0000	Unidade	29042 - TUBO PVC RÍGIDO 50MM PARA ESGOTO, PB - SÉRIE NORMAL BRANCO (plastilit)	55,0000	440,00
160	9,0000	METROS	28969 - VIGA NAO APARELHADA *5,5 X 15* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE A REGIAO - BRUTA. (Guajará)	38,9000	350,10
162	94,0000	METROS	28970 - VIGA NAO APARELHADA *8 X 12* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE A REGIAO - BRUTA. (Guajará)	30,0000	2820,00
Valor Total:				24.499,45	

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será até 31 de dezembro de 2022, contados da data de sua assinatura.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$24.499,45(vinte quatro mil quatrocentos noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

10.01.03.10.302.0011.3079 – 44905100 – Ficha- 01060

10.01.03.10.302.0011.30790- 44905100 –Ficha - 01061

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

5.2 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

5.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

5.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.5 Antes de cada pagamento à contratada será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.6 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco)

dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

5.10 Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.11 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 2014, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.5. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7. CLÁUSULA SEXTA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 O Município de Virgem da Lapa acompanhará a qualidade do material adquirido e as especificações em conformidade com este Termo de Referência e Edital, devendo notificar ao órgão gestor qualquer ocorrência de irregularidade.

7.2 A entrega deverá ser realizada perante servidor responsável, que adotará os seguintes procedimentos:

a) Provisoriamente: de posse dos documentos apresentados pelo vencedor e de uma via do contrato e da proposta respectiva, receberá os bens para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços, embalagens e outros dados pertinentes e, encontrando irregularidade, fixará prazos para correção pelo vencedor, ou aprovando, receberá provisoriamente os bens, mediante recibo;

b) Definitivamente: após recebimento provisório, verificação da integridade nos exatos termos do edital e da proposta vencedora, será efetivado recebimento definitivo mediante expedição de termo circunstanciado e recibo aposto na Nota Fiscal.

7.3 Caso fique constatada a irregularidade na entrega, o Fornecedor após comunicação pelo servidor responsável deverá saná-la no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

7.4 Em caso de irregularidade não sanada pelo vencedor, servidor responsável reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente do Município de Virgem da Lapa para aplicação de penalidades.

7.5 Em caso de necessidade de providências por parte do vencedor, o prazo de pagamento será suspenso e considerado o fornecimento em atraso, sujeitando-a a aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

7.6 O horário de entrega dos produtos deverá obedecer às normas internas da unidade indicada pelo Município de Virgem da Lapa.

7.7 As embalagens primárias individuais dos produtos devem apresentar: número do lote, data de fabricação e prazo de validade, este último quando for o caso.

7.8 Em caso de irregularidade não sanada pela contratada, a Administração, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.

7.9 O pagamento da nota fiscal fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento.

7.10 O material, mesmo entregue e aceito, fica sujeito à substituição, desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade que comprometam a integridade do produto.

7.11 O horário de entrega dos produtos deverá obedecer às normas internas do Município de Virgem da Lapa.

7.12 Prazo para entrega do objeto não superior a 05 (cinco) dias, contados a partir da convocação para retirada da Ordem de Fornecimento pelo detentor do Registro de Preços.

7.13 A empresa deverá indicar na(s) nota(s) fiscal (is), além de outras informações exigidas de acordo com a legislação própria:

- O número da Ordem de Fornecimento;
- O nome do material;
- A marca e modelo (este último quando for o caso);
- O número do item entregue e
- A quantidade correspondente a cada item;
- O prazo de validade do material.

7.14 Não serão recebidos produtos que, após confirmação, no ato da entrega, tenham sido transportados com outros produtos de natureza tóxica, que estejam com suas embalagens adulteradas ou, que o veículo de transporte apresente sujidades e/ou temperatura inadequada.

7.15 Em caso de produtos com embalagem (latas, potes, etc) não serão aceitos aquelas que estiverem enferrujadas, estufadas, amassadas, trincadas, apresentarem vazamentos nas tampas, formação de espumas, ou qualquer outro sinal de alteração do produto.

8. CLAÚSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pelo contratante, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1 - Compete ao Contratante:

9.1.1 - Gerenciar o presente Contrato, devendo, para tal, nomear um gestor para acompanhamento dos fornecimentos realizados;

9.1.2 - Cuidar para que, durante a vigência do presente Contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas da licitante na licitação, bem como o cumprimento das obrigações assumidas;

9.1.3 - Notificar o Contratado de qualquer irregularidade ocorrida no fornecimento.

9.1.4 - Efetuar o pagamento referente ao objeto a ser contratado nos termos do presente Contrato;

9.1.5 – Aplicar as sanções relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais.

9.2 - COMPETE AO CONTRATADO:

9.2.1 - Entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida neste Contrato;

9.2.2 - Entregar o objeto nos locais indicados pelo Município de Virgem da Lapa;

9.2.3 - Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceito o objeto em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

9.2.4 - Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e sem ônus para o Município de Virgem da Lapa, os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas no presente Contrato, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis;

9.2.5 - Cumprir durante toda a execução do Contrato as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como apresentar, a cada fatura, comprovação de regularidade perante a Seguridade Social (FGTS e INSS);

9.2.6 - Apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novos documentos que comprovem as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem o cumprimento das obrigações assumidas;

9.2.7 - Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;

9.2.8 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Município de Virgem da Lapa, referentes à forma de fornecimento dos produtos e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;

9.2.9 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, cujas exigências se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento e da garantia;

9.2.10 - Comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência;

9.2.11 - Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município de Virgem da Lapa ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente Contrato.

10. CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.4. A CONTRATADA reconhece os direitos do contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

- a) Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do contratante, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Quadro de Avisos do Município e Diário Oficial do Estado, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Araçuaí – Justiça Comum.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Virgem da Lapa, 01 de dezembro de 2022.

DIÓGENES TIMO SILVA

PREFEITO

ÓRGÃO GERENCIADOR

ANTÔNIO DAS GRAÇAS COSTA

FORNECEDOR

TESTEMUNHAS:

1ª

CPF:

2ª

CPF:
